



XXIX Concurso Público para provimento de cargos de
JUIZ SUBSTITUTO

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não haverá consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este Caderno de Questões e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

1 *Longe de mim a convicção de que a palavra arcaica diz a verdade, e de que a nós cabe a ela retornar – armados dos novos meios da exegese – para descobrir os segredos permanentes do “coração humano”, da*
5 *“natureza humana”, do “estar-no-mundo”. Por haver enunciado um primeiro sistema de representação – mais simples, mais vigoroso –, a palavra arcaica não tem outro privilégio, na minha opinião, se não o de ter sido a primeira a aparecer, e de ter por vezes imposto*
10 *às eras consecutivas conservá-la na memória (consciente ou inconscientemente), para a repetir, transpor ou contradizer. O valor etimológico que se tem o direito de atribuir à palavra arcaica não implica mais do que uma relação de derivação: para atribuir-lhe uma*
15 *autoridade superior, seria preciso admitir, por princípio, que tudo que foi anunciado no começo conservou a mais alta validade possível. O que foi proferido, imaginado, narrado na mais distante profundidade temporal a que possamos remontar não faz parte, por*
20 *isso, das bases mais “profundas” do indivíduo. [...]*

No entanto, a imagem do passado conservado é sedutora. Essa imagem não cessou de nos manter sob seu encanto. Para justificá-la, é comum tomar de empréstimo à biologia a noção de herança filogenética.
25 *Conhece-se o uso que dela fez Freud, com a ideia do “fantasma originário” etc. Mitos e arquétipos reclamam o mesmo estatuto: sua antecendência, na ordem genética, parece dever assegurar-lhes uma posição e uma função centrais, na ordem estrutural. Respeitamo-los como se,*
30 *por pertencer ao passado da espécie, adquirissem títulos suficientes para constituir a interioridade (o dentro do indivíduo). Quem quer que, a partir daí, se pusesse à escuta da palavra arcaica, empreenderia uma viagem para dentro, orientar-se-ia para esse lugar*
35 *nuclear de si próprio em que perdura e persiste a origem... Pensamento sedutor, e cuja sedução está ligada a um postulado que escapa a toda demonstração: esse postulado é o do caráter universal e pregnante da palavra arcaica (ou do acontecimento*
40 *arcaico). Na falta do que não se compreenderia que sua herança tenha podido inscrever-se posteriormente em todos os indivíduos. [...]*

(Jean Starobinski. À guisa de epílogo: “Odeio como as portas do Hades...”. In **As máscaras da civilização**: ensaios. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 261-262)

1. No processo de argumentação, o autor
- (A) considera como inerente e inevitável à *palavra arcaica*, por sua natureza inaugural, instituir-se como ponto de referência das eras que a sucedem.
 - (B) nega uma convicção para desviar contra-argumentos imediatos e, após detalhar os fundamentos da crença negada, assume-a sem restrição.
 - (C) toma como pressuposto que considerá-la como tendo consigo a verdade é um privilégio geralmente outorgado à *palavra arcaica*.
 - (D) advoga como dever moral de sua geração, em razão do aprimoramento de um saber prático, o retorno à palavra dos antigos.
 - (E) concebe a *palavra arcaica* como aquela que, em virtude da sua simplicidade, expressa de maneira mais vigorosa e definitiva o que se abriga no mais íntimo do ser.

2. A expressão que está adequadamente traduzida, considerado seu contexto, é:

- (A) *esse postulado é o do caráter universal e pregnante da palavra arcaica* / essa premissa diz respeito à natureza da palavra arcaica – válida para todos e capaz de se impor ao espírito dos homens.
- (B) *armados dos novos meios da exegese* / munidos das conquistas da ciência que estuda as culturas dos povos antigos através do material fóssil que restou da vida desses povos.
- (C) *haver enunciado um primeiro sistema de representação* / ter definido a estrutura essencial que permite à mente a operação de manter presente em si mesma a imagem de um objeto que se encontra fora da consciência.
- (D) *tomar de empréstimo à biologia a noção de herança filogenética* / valer-se temporariamente de conceito próprio da botânica, que diz respeito especificamente à história evolutiva dos vegetais.
- (E) *adquirissem títulos suficientes para constituir a interioridade* / fossem capazes de provar sua auto-suficiência com vistas a, legitimamente, serem reconhecidos como interioridade.

3. Considerado o primeiro parágrafo, é correto afirmar:

- (A) na apresentação da tese, o segmento introduzido por dois pontos, à linha 14, é tomado como consequência da afirmação imediatamente anterior.
- (B) e de que (linha 2) liga estruturas estabelecendo uma relação de adição entre os segmentos que completam o sentido de um nome.
- (C) em se não o de ter sido (linhas 8 e 9), o termo destacado é pronome pessoal oblíquo, presente em lugar de *outro privilégio*.
- (D) a preposição *por*, às linhas 5 e 9, indica em ambos os casos circunstância de “duração”, equivalendo a “durante”.
- (E) a oração adjetiva *que se tem o direito de atribuir à palavra arcaica* (linhas 12 e 13), não tendo natureza restritiva, poderia vir entre vírgulas, sem nenhum prejuízo do padrão culto.

4. Considerado o segundo parágrafo, é correto afirmar:

- (A) Em *Na falta do que* (linha 40), o termo destacado pertence à mesma classe de palavra a que pertence o que se destaca em “Há um que difícil de definir nessa sua versão do fato”.
- (B) O primeiro e o segundo períodos exemplificam caso de redundância que deve ser evitada, pois o segundo, meramente descritivo do já dito, não representa nenhum acréscimo ao desenvolvimento da argumentação.
- (C) A frase introduzida por *No entanto* (linha 21) denota raciocínio que se contrapõe a inferência que argumentos anteriores propiciam; comprova-se essa ideia pela pertinência da substituição do conector por “Ainda assim”.
- (D) O emprego das formas verbais *pusesse, empreenderia, orientar-se-ia* (linhas 33 e 34), impondo uma natureza hipotética às ideias enunciadas no período, contamina o parágrafo, impedindo que outros fatos neste referidos sejam tomados em sua certeza.
- (E) A forma verbal *tenha podido* (linha 41) foi empregada para exprimir fato considerado como certo no futuro.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, considere o que segue.

Numa palestra para alunos de direito, na disciplina "Redação e linguagem jurídica", Theotonio Negrão abordou o tema "A linguagem do advogado". Transcreve-se um trecho de sua apresentação oral, que foi gravada e transcrita preservando-se a linguagem utilizada na interação com os graduandos.

À primeira vista, a correção da linguagem é fundamental para o advogado. E por que fundamental? Não por patriotismo, mas porque o advogado que não consegue ter uma linguagem correta não consegue exprimir adequadamente seu pensamento. [...] A linguagem tem uma certa dignidade e essa dignidade deve ser atingida pelo advogado, que não deve transigir. [...] E a clareza é absolutamente necessária.

O palestrante assinala que, entretanto, o óbvio, *aquilo que se chama de óbvio ululante*, deve ser evitado.

Afirma, ainda, sobre o uso da palavra: *Cada palavra deve ser necessária, não deve haver palavras sobrando, nem faltando.*

5. Levando em conta o que foi dito acima sobre a linguagem, o fragmento que se revela apropriado é:

- (A) (Sentença): "Afim de garantir justa reparação do dano advindo ao autor, o requerido deverá publicar esta sentença, na íntegra e às expensas dele, no mesmo jornal em que a matéria indevida fora divulgada".
- (B) (Sentença) "Julgo improcedente o pedido de ação cautelar, revogando a liminar concedida. Arcarão os autores, com o pagamento das custas e despesas do processo cautelar e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com correção monetária à partir desta data".
- (C) (Ementa para um acórdão) "Sob pena de dar azo ao enriquecimento ilícito da instituição financeira, a cobrança de contas-corrente só se justificam pela efetiva utilização da conta pelo cliente".
- (D) (Ementa para um acórdão) "Ao início do processo, cada parte alega que tem razão; mas só no fim do processo, é que o Tribunal dará razão a quem efetivamente a tem".
- (E) (Ementa para um acórdão): "Quanto à pessoa que traz consigo, em ônibus de turismo, mercadorias adquiridas em outro país: não pratica crime de descaminho se espontaneamente não pagar os tributos relativos à internação, considerando ainda que não iluda a fiscalização para proceder desse modo".

6. Tomando como parâmetro os comentários do palestrante, a frase que se revela totalmente adequada é:

- (A) Não tergiverse – como sói acontecer –, pois, ao invés de solucionarmos o problema dos reincidentes, o postergaremos, e eu, obcecado na ideia de recuperá-los, mais uma vez verei freados meus esforços.
- (B) Disse-lhe sem rodeios: Meritíssimo Senhor, protesto contra vossa humildade; acaso não mereceis o título que vos oferecem? E Sua Excelência retrucou que não era dado a tais honrarias.
- (C) Sempre tachando de mau-caráter quem não lhe cedia às vontades, tratava com arrogância o colega que lhe infligia crítico distanciamento, sem ao menos se dignar a cumprimentá-lo.
- (D) De tanto deparar-se com a ex-cunhada a achacar o irmão e o sobrinho, resolveu, e o fez prazerosamente, denunciá-la por extorsão, a despeito de como isso o afetaria emocionalmente.
- (E) Parece terem havido muitos casos de mendigância na cidade, a que excedem, sem dúvida, os casos de relutância contra as novas maneiras de abordagem, mesmo por parte de associações beneficentes.

7. Ainda considerando a correção, a concisão e a clareza defendidas por Theotonio Negrão, é legítimo apontar como adequada a seguinte redação:

- (A) Considerava que, dali há dias, seria totalmente exequível – ainda que houvesse quem os considerasse visionários – as manobras para a liberação da vultosa quantia, à medida que lhe tinham vindo à memória as exatas palavras do octagenário em seu leito de morte, em que deixava suas intenções bem claras e sem sombra de dúvidas.
- (B) A performance é *jogo*, no sentido mais grave, senão no mais sacral, desse termo; é espelho, desdobramento do ato e dos atores: além de uma distância gerada por sua própria intenção, os participantes veem-se agir e gozam desse espetáculo livre de sanções naturais.
- (C) Criou-se, de fato, faz muitos anos já, essas outras medidas para os estudos da área, constituindo um eixo axial para todos os que sentem a propulsão inovadora, querendo pensar em novos moldes questões culturais e perscrutando aspectos até então ignorados pelos pesquisadores.
- (D) Acredito haver um abismo entre os proponentes dos projetos e a verba que está à disposição para lhe ser destinada, motivo pelo qual existem muitos que decidiram investir em outro tipo de oportunidade: passaram meses em estágios no exterior e revendo a bibliografia do tema em que querem se tornar expertos.
- (E) Consultando o arquivo, a iluminação ficou intermitente; com a chegada do técnico e seus auxiliares, verificaram que a fiação estava comprometida, e sua orientação foi no sentido de que era necessária ampla reforma no monastério, pois quaisquer que fossem os reparos, o conserto não sortiria efeito.



Atenção: A questão de número 8 refere-se ao texto que segue.

A modernidade é o produto [de] processos globais de racionalização, que se deram na esfera econômica, política e cultural.

[...]

... a racionalização cultural envolve a dessacralização das visões do mundo tradicionais (Entzauberung) e a diferenciação em esferas de valor autônomas (Wertsphären), até então embutidas na religião: a ciência, a moral e a arte. A ciência moderna permite o aumento cumulativo do saber empírico e da capacidade de prognose, que podem ser postos a serviço do desenvolvimento das forças produtivas. A moral, inicialmente em relação simbiótica com a religião, se torna cada vez mais secular: ela passa a derivar de princípios gerais, e adquire caráter universalista, distinguindo-se nisso das morais tradicionais, cujos limites coincidiam com os do grupo ou do clã. Enfim, surge a arte autônoma, destacando-se do seu contexto tradicionalista (arte religiosa) em direção a formas cada vez mais independentes, como o mecenato e a produção para o mercado. Cada uma das esferas de valor se desenvolve dentro de contextos institucionais próprios – as universidades e laboratórios, no caso da ciência, a comunidade dos juristas, no caso do direito, e no caso da arte o sistema de produção, distribuição e consumo dos bens estéticos, assim como a crítica, mediando entre o artista e o público.

(Sergio Paulo Rouanet. Ilustração e modernidade. In **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.120-121)

8. Compreende-se corretamente que, para o autor,
- (A) as instituições se modernizam quando a crítica demonstra a capacidade de ajustamento de seus contextos às necessidades próprias das distintas esferas do conhecimento, a ciência, o direito, a arte.
 - (B) o inevitável progresso da cultura, no âmbito global, deu à ciência, à moral e à arte uma feição de modernidade, quando, então, rejeitaram as formas tradicionais do sagrado.
 - (C) a tradicional antinomia entre a moral e os dogmas religiosos determinou a laicização do conjunto de princípios que sempre norteou a vida do grupo ou do clã.
 - (D) a ciência moderna conhece avanços que lhe potencializam a antevisão de eventos e situações, contexto de que o processo produtivo pode se beneficiar.
 - (E) a autonomia da arte é a última consequência da visão universalista que passou a caracterizar os grupos sociais, que almejavam a utopia do sistema de produção para o mercado.

Direito Civil

9. Na solidariedade ativa,
- (A) se um dos credores falecer deixando herdeiros, cada um destes terá direito a receber a integralidade do crédito do finado.
 - (B) mais de um credor está obrigado à dívida toda.
 - (C) mais de um devedor pode exigir a dívida toda.
 - (D) convertendo-se a prestação em perdas e danos não mais subsiste a solidariedade.
 - (E) cada um dos credores tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
10. A propósito das diferentes classes de bens, é correto afirmar que
- (A) as pertenças são bens acessórios que se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
 - (B) os considerados em si mesmos podem ser principais ou acessórios.
 - (C) os reciprocamente considerados podem ser móveis ou imóveis.
 - (D) os bens naturalmente divisíveis não podem ser considerados indivisíveis por declaração de vontade das partes, nem por testamento.
 - (E) os bens fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
11. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que
- (A) podem anular o negócio jurídico fraudulento os credores cuja garantia se tornou insuficiente.
 - (B) só o erro substancial anula o negócio jurídico.
 - (C) o dolo acidental anula o negócio jurídico.
 - (D) o erro de indicação da pessoa ou coisa, a que se refere a declaração de vontade, não viciará o negócio quando se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada.
 - (E) vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.
12. A propósito dos contratos, examine as assertivas abaixo e indique a alternativa INCORRETA.
- (A) Obrigação e contrato não se confundem; deste advém o acordo de vontades que visa a constituição, modificação ou extinção de direitos; em suma, um conjunto de obrigações a serem cumpridas pelas partes.
 - (B) Toda relação jurídica contratual possui, além das partes e do consensualismo, um objeto.
 - (C) O objeto da relação jurídica patrimonial pode ser imediato ou mediato, sendo o primeiro o contrato propriamente dito e o último, o bem da vida suscetível de apreciação econômica.
 - (D) O objeto mediato se limita ao seu aspecto econômico e ao fato de ser corpóreo.
 - (E) Não vale, em regra, contrato que implique transmissão de direitos morais.



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 16 assinale a alternativa correta em relação ao assunto indicado.

13. Prescrição e decadência.

- (A) A dívida prescrita não pode ser paga e quem a pagou pode exigir a sua devolução.
- (B) A prescrição interrompe-se ou suspende-se nos casos taxativos enumerados em lei; na interrupção o prazo anterior é computado e na suspensão deduz-se o anterior ao seu início.
- (C) A prescrição interrompe-se ou suspende-se nos casos taxativos enumerados em lei; na interrupção o prazo anterior não é computado e na suspensão soma-se o prazo anterior ao seu início.
- (D) Da prescrição e da decadência convencional não pode o juiz conhecer de ofício.
- (E) As ações de cobrança, de reparação de danos materiais ou morais e de lucros cessantes, assim como as de execução de obrigação de dar, fazer e não fazer estão relacionadas a prazos prescricionais e decadenciais.

14. Direito de Superfície.

- (A) O direito de superfície importa uma concessão temporária, mas isso não implica uma propriedade resolúvel.
- (B) Qualquer imóvel, mesmo já plantado ou construído, poderá ser objeto de direito de superfície.
- (C) Não poderá ser convencionada a demolição do que está construído no terreno para que o superficiário nele erga as construções que lhe aprouver.
- (D) O superficiário não poderá ajustar com o proprietário a erradicação de plantações para no terreno fazer outras do seu interesse.
- (E) Durante o período do contrato o proprietário confere ao superficiário a propriedade útil do seu imóvel, como titular de um direito real oponível *erga omnes*.

15. Sucessão legítima.

- (A) Havendo diversidade de graus, os ascendentes da linha paterna herdam na integralidade.
- (B) O grau mais remoto exclui o mais próximo, na classe dos ascendentes.
- (C) Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto.
- (D) Há direito de representação na linha ascendente.
- (E) Havendo igualdade de linhas, os ascendentes da linha paterna herdam na integralidade.

16. Relações de parentesco.

- (A) O parentesco é o vínculo que se estabelece entre um dos cônjuges ou companheiro e os parentes do outro.
- (B) As pessoas se unem em família só em razão do vínculo conjugal ou união estável.
- (C) As pessoas se unem em família só em razão do parentesco por consanguinidade.
- (D) As pessoas se unem em família só em razão da afinidade ou da adoção.
- (E) O parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou de outra origem.

Direito do Consumidor

17. Segundo o Código de Defesa do Consumidor:

- (A) apenas a instauração de inquérito civil obsta o decurso da decadência para reclamar vícios aparentes em produtos e serviços.
- (B) o prazo prescricional para o exercício da pretensão de reparação por danos resultantes de fato do produto ou serviço é de 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do dano, independente do conhecimento da autoria.
- (C) a contagem do prazo para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação se inicia com o conhecimento do dano pelo consumidor e não com a efetiva entrega do produto ou término da execução dos serviços.
- (D) os prazos de 30 (trinta) e 90 (noventa) dias para reclamar de vícios aparentes e de fácil constatação em produtos e serviços, duráveis e não duráveis, têm natureza decadencial.
- (E) tratando-se de vício oculto, o prazo para reclamar por vício do produto ou serviço inicia-se com a entrega da mercadoria, independente da data em que o defeito se exteriorizar e ficar evidenciado.

18. Nas ações judiciais que tenham por objeto controvérsia regida pelo Código de Defesa do Consumidor,

- (A) a desconsideração da personalidade jurídica exige, em todos os casos, a prova da ocorrência de fraude e abuso de poder de controle.
- (B) as sociedades integrantes do mesmo grupo societário e as sociedades controladas pelo fornecedor respondem, subsidiariamente, em relação ao fornecedor.
- (C) as sociedades consorciadas respondem solidariamente com o fornecedor, pois, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas assumem obrigações apenas em nome próprio.
- (D) a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada pelo juiz apenas a pedido do Ministério Público.
- (E) a desconsideração da personalidade jurídica de sociedade falida, se decretada, não poderá atingir os administradores da sociedade fornecedora.

19. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, NÃO são considerados abusivos os contratos de consumo que

- (A) estabeleçam prazo máximo de 5 dias para a troca de produto não defeituoso adquirido no estabelecimento comercial do fornecedor.
- (B) transferem a responsabilidade do fornecedor à companhia seguradora.
- (C) preveem perda total das prestações pagas, na hipótese de inadimplemento por culpa exclusiva do consumidor.
- (D) atribuam ao consumidor a obrigação de ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- (E) preveem multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação na hipótese de fornecimento que envolva a outorga de crédito.



20. Sobre a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, prevista nos artigos 81 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Para a defesa dos direitos e interesses dos consumidores são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.
- (B) Nas ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos, ainda que o Ministério Público não promova o ajuizamento da ação, poderá sempre atuar como fiscal da lei.
- (C) A defesa coletiva será exercida quando houver interesses difusos ou coletivos envolvidos, mas não poderá ser exercida para defesa de direitos individuais, ainda que relativos a danos sofridos por um determinado grupo de pessoas e decorrentes de origem comum.
- (D) Nas ações coletivas previstas no CDC, se constatada litigância de má-fé pela associação autora da ação, é possível a condenação solidária de seus diretores ao pagamento de honorários advocatícios e ao décuplo das custas.
- (E) É competente para julgar a causa o foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando este for de âmbito local e não for competente a Justiça Federal.
21. Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor no que se refere à qualidade dos produtos e serviços, bem como à preservação da saúde e segurança do consumidor, é correto afirmar que
- (A) as regras de proteção da saúde e segurança são aplicáveis apenas aos consumidores adquirentes dos produtos ou serviços nocivos.
- (B) observadas as normas administrativas correspondentes, é permitida a venda de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde dos consumidores, desde que a potencial nocividade ou periculosidade seja clara e adequadamente informada pelo fornecedor.
- (C) se o conhecimento da periculosidade de um produto for descoberta apenas após sua introdução no mercado de consumo, cabe à União, aos Estados e Municípios, e não ao fornecedor do produto, a veiculação de anúncios publicitários informando sobre a periculosidade.
- (D) o lançamento de um produto tecnologicamente mais avançado e mais seguro implica a obrigação de recolhimento do produto similar anteriormente colocado no mercado e que não tenha o mesmo grau de segurança.
- (E) a comercialização de produtos industriais que envolvam riscos normais e previsíveis à saúde e segurança dos consumidores depende de autorização da autoridade sanitária estadual.
22. Sobre a responsabilidade por fato e por vício dos produtos e serviços prevista no Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar que
- (A) não sendo sanado o vício de qualidade no prazo legal, o consumidor pode exigir do fornecedor, a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.
- (B) para fins de responsabilidade decorrente de fato do produto, equiparam-se a consumidores todas as vítimas do evento danoso, ainda que não integrantes da relação contratual de consumo.
- (C) o comerciante é igualmente responsável pelo fato do produto quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.
- (D) a ignorância do fornecedor não o exime de responsabilidade por vício de qualidade por inadequação do produto vendido.
- (E) constatado pelo consumidor vício de qualidade do produto, o fornecedor terá um prazo máximo de 45 dias para saná-lo.
23. Nas ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços
- (A) o valor da causa deve ser limitado a 40 (quarenta) salários mínimos.
- (B) não é permitido ao réu requerer o chamamento ao processo de sua seguradora, cabendo a este apenas a posterior ação de regresso no juízo cível visto não tratar-se de relação de consumo sujeita às regras do CDC.
- (C) o foro do local do dano é o único competente para o conhecimento da ação.
- (D) a inversão do ônus da prova depende da demonstração cabal da hipossuficiência do consumidor no caso concreto, não podendo o juiz fundamentar a sua decisão em regras ordinárias de experiência.
- (E) se o réu for declarado falido e o síndico confirmar a existência de seguro de responsabilidade, é facultado aos consumidores o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, cuja responsabilidade ficará limitada ao valor do seguro contratado.
24. Com base nas disposições contidas no CDC, é correto afirmar:
- (A) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, incluindo os serviços de proteção ao crédito, são considerados entidades de caráter público.
- (B) É permitida aos fornecedores a manutenção de banco de dados e cadastros de inadimplentes, sem necessidade de informação prévia do consumidor.
- (C) As informações negativas a respeito do consumidor podem permanecer no banco de dados por um período de até 10 anos.
- (D) Os órgãos públicos de defesa do consumidor, na divulgação anual das reclamações realizadas contra fornecedores, são proibidos de divulgar aquelas formuladas por consumidores que se encontrem inadimplentes.
- (E) O fornecedor, ainda que demonstre ausência de culpa ou erro escusável, fica obrigado a indenizar o consumidor pelo valor correspondente ao dobro daquele que lhe tenha sido cobrado indevidamente.

**Direito Processual Civil**

25. Opostos embargos do devedor, o juiz

- (A) a requerimento do embargante, poderá atribuir efeito suspensivo se houver relevância nos fundamentos e possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação, independente de garantia à execução.
- (B) recebê-los-á automaticamente no duplo efeito, suspendendo o processo.
- (C) recebê-los-á somente no efeito devolutivo, sem exceções.
- (D) de ofício, deverá atribuir efeito suspensivo se houver relevância nos fundamentos e possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação, desde que garantida a execução.
- (E) a requerimento do embargante, poderá atribuir efeito suspensivo se houver relevância nos fundamentos e possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação, desde que garantida a execução.

26. Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver

- (A) fundamentos e pedidos de mesma natureza.
- (B) a mesma natureza.
- (C) o mesmo pedido e as mesmas partes.
- (D) o mesmo pedido, as mesmas partes e mesma causa de pedir.
- (E) o mesmo pedido e mesma causa de pedir.

27. Em relação à competência, é correto afirmar:

- (A) achando-se o imóvel situado em mais de um Estado ou Comarca, o foro será determinado pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- (B) em regra, argúi-se a incompetência relativa como preliminar em contestação.
- (C) o juiz da causa principal é o competente para a reconvenção e para a ação declaratória incidente, mas não o é para a ação de garantia e outras que digam respeito ao terceiro interveniente.
- (D) as partes podem alterar a competência em razão do valor e do território, por acordo verbal ou escrito, genérico ou determinado a negócio jurídico específico.
- (E) a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, necessitando da oposição de exceção para tanto.

28. Em relação à citação, é INCORRETO afirmar que

- (A) o ato citatório efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu.
- (B) é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
- (C) a citação inicial do réu é indispensável para a validade do processo.
- (D) verificado que o réu é demente, o oficial de justiça chamará de imediato pessoa capaz, para acompanhar o ato citatório, certificando o fato posteriormente ao juiz, para nomeação de curador desde logo.
- (E) se o réu comparecer somente para arguir nulidade e sendo esta decretada, a citação considerar-se-á feita na data em que ele ou seu advogado forem intimados da decisão.

29. No que tange à penhora,

- (A) será efetuada após nomeação de bens pelo próprio devedor, ouvido o credor.
- (B) desde que recaia sobre bens imóveis, intimar-se-á também o cônjuge do executado.
- (C) não pode ser realizada em relação a créditos do devedor, por não passarem de mera expectativa.
- (D) deve incidir em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal e juros, mas não custas e honorários advocatícios, a serem objeto de garantia autônoma.
- (E) será efetuada onde quer que se encontrem os bens, salvo se sob a posse, detenção ou guarda de terceiros.

30. É princípio informativo do processo civil o princípio

- (A) dispositivo, significando que o juiz não pode conhecer de matéria a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- (B) da inércia, significando que o processo se origina por impulso oficial, mas se desenvolve por iniciativa da parte.
- (C) da congruência, significando que o juiz deve ser coerente na exposição de suas razões de decidir.
- (D) da eventualidade, significando que as partes devem comparecer em todos os atos do processo, manifestando-se eventualmente.
- (E) da instrumentalidade das formas, significando que o ato deve ser considerado em si mesmo, sem preocupações teleológicas.

31. O preparo recursal

- (A) por não ter sido efetuado regularmente, a deserção só poderá ser reconhecida em Segunda Instância, cabendo ao juiz monocrático determinar a subida do recurso em qualquer caso.
- (B) se não realizado pelo valor total, acarreta imediata deserção do recurso interposto.
- (C) ainda que insuficiente, só acarretará deserção se o recorrente, intimado, não o complementar em cinco dias.
- (D) não está englobado na noção de gratuidade judiciária, devendo ser efetuado em qualquer caso.
- (E) também é exigido das pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais.

32. Na decisão de saneamento do processo,

- (A) se o direito em litígio não admitir transação, ou se esta mostrar-se improvável, o juiz não deverá sanear e sim sentenciar desde logo o processo.
- (B) como se deve presumir que as condições da ação já foram apreciadas anteriormente, o juiz não as examinará novamente, por se tratar de matéria preclusa.
- (C) saneado o processo, deverá o juiz tentar então a conciliação das partes, determinando após as provas a serem produzidas.
- (D) não obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, se necessário designando audiência de instrução e julgamento.
- (E) como se trata de decisão interlocutória, o recurso cabível, acolhidas ou não as preliminares levantadas pelo réu, será sempre o de apelação.

**Direito da Criança e do Adolescente**

33. Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de
- (A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
 - (B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
 - (C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.
 - (D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
 - (E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
34. O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade é de
- (A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.
 - (B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
 - (C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
 - (D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
 - (E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.
35. Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação,
- (A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.
 - (B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.
 - (C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para as crianças a partir dos quatro anos de idade.
 - (D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.
 - (E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.
36. Uma das novidades introduzidas expressamente pela Lei nº 12.010/09 no Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito ao instituto da adoção, foi
- (A) a extinção dos cadastros locais (da comarca) e estaduais de crianças e adolescentes em condições de serem adotados trinta dias após a transferência dos dados para o cadastro nacional.
 - (B) a ampliação das hipóteses de adoção unilateral.
 - (C) a instituição do procedimento de habilitação de pretendentes à adoção.
 - (D) a possibilidade da adoção por casais compostos por pessoas do mesmo sexo.
 - (E) o estímulo à adoção, por parte das próprias famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar.
37. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao distribuir responsabilidades entre as instâncias que integram o Sistema de Garantia de Direitos,
- (A) atribui ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a atividade fiscalizatória sobre as entidades que executam programas socioeducativos em regime de internação.
 - (B) impõe aos legislativos estaduais a obrigatoriedade de criação, nos Estados, de varas especializadas e exclusivas da infância e juventude segundo necessidades e peculiaridades regionais.
 - (C) diz competir à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, a permanência de criança ou adolescente em logradouros públicos durante o período noturno.
 - (D) afirma ser atribuição do Conselho Tutelar afastar do convívio familiar crianças e adolescentes com suspeita de violação de seus direitos por negligência grave imputável aos pais.
 - (E) indica o Ministério Público como destinatário de notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou do adolescente.
38. Conforme redação que lhe deu a Lei nº 12.010/09, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, entre outros, como princípios a serem observados na aplicação das medidas de proteção e socioeducativas,
- (A) responsabilidade primária e solidária do poder público, completude institucional e prevalência da família.
 - (B) proporcionalidade e atualidade, obrigatoriedade da informação e intervenção precoce.
 - (C) interesse superior da criança e do adolescente, informalidade processual, e responsabilidade parental.
 - (D) oitiva obrigatória e participação, proteção integral e prioritária e judicialização precoce
 - (E) acolhimento estratégico, privacidade e intervenção mínima.



<p>39. Adolescente, dirigindo veículo automotor, provoca acidente que causa danos a outro veículo. Sobre obrigação pela reparação civil, dispõe a lei que ela recai, sem prejuízo de outros responsáveis, sobre</p> <p>(A) o adolescente, ficando condicionada a exigibilidade da reparação ao advento da maioridade civil.</p> <p>(B) o pai ou a mãe do adolescente, desde que ambos tenham o filho sob sua autoridade e companhia.</p> <p>(C) o adolescente, dependendo eventual responsabilização dos pais de prova suficiente de que agiram com culpa ou dolo no evento.</p> <p>(D) os detentores do poder familiar se a eles for aplicada, pelo juiz, medida pertinente aos pais ou responsável na mesma sentença que impuser ao adolescente obrigação de reparar o dano.</p> <p>(E) o próprio adolescente e, no caso de sua insolvência, sobre o patrimônio de seus pais no limite dos direitos sucessórios do filho.</p>	<p>42. Podem ser consideradas causas supralegais de exclusão do crime</p> <p>(A) o exercício regular de direito e a inimputabilidade, afastando a ilicitude e a culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(B) a insignificância e o erro sobre a ilicitude do fato, ambas afastando a culpabilidade.</p> <p>(C) a adequação social e a coação moral irresistível, ambas afastando a tipicidade.</p> <p>(D) o consentimento do ofendido, nos casos em que não integrar a descrição típica, e a inexigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(E) as descriminantes putativas e a coação física irresistível.</p>
<p>40. Nos procedimentos de apuração de ato infracional atribuído a adolescente e de execução de medida socioeducativa a autoridade judiciária, segundo dispõe expressamente a lei,</p> <p>(A) pode, a qualquer tempo, revogar a medida de liberdade assistida fixada pelo prazo mínimo de seis meses.</p> <p>(B) pode conceder remissão como forma de exclusão, suspensão, substituição e extinção do processo.</p> <p>(C) deve determinar a busca e apreensão de adolescente que, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação.</p> <p>(D) pode decretar, pelo prazo máximo de cinco dias, a pedido da autoridade policial, a internação temporária de adolescente suspeito de ato infracional grave.</p> <p>(E) deve ordenar a intimação por edital, com prazo de quinze dias, de sentença que aplica medida de internação a adolescente que não foi encontrado pessoalmente.</p>	<p>43. Em relação ao concurso formal, é correto afirmar que</p> <p>(A) é cabível mesmo entre delito doloso e culposos.</p> <p>(B) os crimes devem ser da mesma espécie.</p> <p>(C) o crime concorrente pode resultar de desígnio autônomo, se a ação for culposa.</p> <p>(D) a pena não pode exceder a que seria cabível pela regra do crime continuado.</p> <p>(E) a multiplicidade de resultados não pode decorrer de omissão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>41. O princípio de intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão</p> <p>(A) na teoria da imputação objetiva e no princípio da fragmentariedade.</p> <p>(B) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista.</p> <p>(C) na teoria da imputação objetiva e no princípio da subsidiariedade.</p> <p>(D) no princípio da subsidiariedade e na proposta funcionalista.</p> <p>(E) nos princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade.</p>	<p>44. De acordo com entendimento sumulado dos Tribunais Superiores,</p> <p>(A) é admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, ainda que desfavoráveis as circunstâncias judiciais.</p> <p>(B) a pena unificada para atender ao limite de 30 (trinta) anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, deve ser considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.</p> <p>(C) a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.</p> <p>(D) não se admite a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinado, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(E) a incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.</p> <p>45. Constitui causa interruptiva da prescrição</p> <p>(A) os embargos de declaração.</p> <p>(B) a decisão de pronúncia, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) a reincidência do acusado, mas apenas na modalidade de prescrição da pretensão punitiva.</p> <p>(D) o recebimento da denúncia, ainda que posteriormente anulado.</p> <p>(E) o aditamento à inicial quando supra omissão referente ao mesmo fato.</p>



<p>46. No que concerne aos crimes contra o patrimônio, possível assegurar que</p> <p>(A) admitem, em alguns casos expressos, o perdão judicial.</p> <p>(B) a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena no crime de roubo, consoante entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) cabível a suspensão condicional do processo no estelionato, ainda que cometido contra entidade de assistência social.</p> <p>(D) não há previsão legal de infração culposa.</p> <p>(E) a ação penal é sempre pública incondicionada.</p>	<p>50. Aditada a denúncia, o juiz</p> <p>(A) ouvirá o defensor do acusado no prazo de cinco dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de cinco dias, arrolar até três testemunhas, realizando-se novo interrogatório.</p> <p>(B) baixará o processo para que a defesa fale no prazo de oito dias e, se quiser, produza provas, podendo ser ouvidas até três testemunhas.</p> <p>(C) ouvirá o defensor do acusado no prazo de cinco dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de três dias, arrolar até cinco testemunhas, dispensado novo interrogatório.</p> <p>(D) abrirá prazo de três dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas.</p> <p>(E) ouvirá o defensor do acusado no prazo de três dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de cinco dias, arrolar até três testemunhas, realizando-se novo interrogatório.</p>
<p>47. De acordo com a lei antidrogas,</p> <p>(A) o semi-imputável não faz jus à redução de pena.</p> <p>(B) as penas de multa, no caso de concurso de infrações, podem ser aumentadas de um sexto a dois terços.</p> <p>(C) é cabível o livramento condicional para o reincidente específico no crime de associação para o tráfico.</p> <p>(D) é de dois anos o prazo de prescrição no crime de posse de droga para consumo pessoal, não se observando as regras do Código Penal no tocante à interrupção.</p> <p>(E) é incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos para o primário condenado por associação para o tráfico.</p>	<p>51. Admissível o desaforamento em razão de comprovado excesso de serviço se o julgamento não puder ser realizado no prazo de</p> <p>(A) seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, computando-se o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.</p> <p>(B) seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, não se computando o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.</p> <p>(C) um ano, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não haja concorrido o réu ou a defesa.</p> <p>(D) um ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, não se computando o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.</p> <p>(E) seis meses, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não haja concorrido o réu ou a defesa.</p>
<p>48. Nos crimes ambientais,</p> <p>(A) a reparação do dano ambiental deve ocorrer até o término do prazo da suspensão condicional do processo, não se admitindo prorrogação.</p> <p>(B) é cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.</p> <p>(C) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.</p> <p>(D) a pena de multa poderá ser aumentada até cinco vezes, ainda que aplicada no valor máximo, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.</p> <p>(E) a pessoa jurídica poderá ser condenada a pena de proibição de contratar com o Poder Público por até quinze anos.</p>	
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>49. Devem ser intimados pessoalmente o</p> <p>(A) defensor nomeado e o advogado do querelante.</p> <p>(B) advogado do assistente e o defensor público.</p> <p>(C) defensor nomeado e o Ministério Público.</p> <p>(D) advogado do querelante e o defensor público.</p> <p>(E) Ministério Público e o advogado do assistente.</p>	<p>52. Caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que</p> <p>(A) absolver sumariamente o réu.</p> <p>(B) receber a denúncia ou a queixa.</p> <p>(C) revogar o livramento condicional.</p> <p>(D) pronunciar o réu.</p> <p>(E) indeferir pedido de revogação de prisão preventiva.</p>



<p>53. A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face</p> <p>(A) apenas de representação da autoridade policial, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(B) apenas de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(C) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, em qualquer caso, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(D) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público e terá, em caso de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, não se admitindo prorrogação.</p> <p>(E) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, na hipótese de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>57. Relativamente às espécies de Constituições, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) uma Constituição pode ter partes rígidas e partes flexíveis.</p> <p>(B) Constituições escritas excluem a possibilidade de costumes constitucionais.</p> <p>(C) toda Constituição rígida é escrita.</p> <p>(D) toda Constituição costumeira é, ao menos conceitualmente, flexível.</p> <p>(E) nem toda Constituição escrita é rígida.</p>
<p>54. Na sentença absolutória imprópria, o réu</p> <p>(A) é absolvido em primeira instância e, provido recurso do Ministério Público, condenado pelo Tribunal.</p> <p>(B) é absolvido em virtude de excludente da ilicitude.</p> <p>(C) obtém o perdão judicial.</p> <p>(D) é absolvido, mas recebe medida de segurança.</p> <p>(E) é condenado, mas depois tem reconhecida a prescrição da pretensão punitiva.</p>	<p>58. É INCORRETO afirmar que o poder constituinte</p> <p>(A) de revisão é espécie de poder constituinte instituído.</p> <p>(B) instituído manifesta-se quando tratado internacional sobre direitos humanos é aprovado pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.</p> <p>(C) decorrente é próprio das descentralizações eventualmente havidas em Estados unitários.</p> <p>(D) originário é inicial (porque funda a ordem jurídica), materialmente ilimitado e formalmente incondicionado.</p> <p>(E) instituído é derivado do poder constituinte originário, que também o limita materialmente e o condiciona a certas formalidades.</p>
<p>55. O <i>habeas corpus</i></p> <p>(A) constitui meio hábil para o reconhecimento da decadência.</p> <p>(B) é incabível para declaração de nulidade do processo.</p> <p>(C) é cabível para trancamento de ação penal, mas não de inquérito policial.</p> <p>(D) não comporta a concessão de liminar, segundo pacífica jurisprudência.</p> <p>(E) não pode ser concedido de ofício.</p>	<p>59. O controle de constitucionalidade incidental brasileiro</p> <p>(A) não cabe contra lei municipal em face da Constituição da República.</p> <p>(B) não se sujeita ao efeito vinculante de ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(C) não pode ser realizado em <i>habeas corpus</i>, mas cabe em mandado de segurança.</p> <p>(D) pode ser realizado em recurso especial.</p> <p>(E) pode ser realizado por todo e qualquer juiz, mas não de ofício.</p>
<p>56. A lei processual penal</p> <p>(A) tem aplicação imediata apenas nos processos ainda não instruídos.</p> <p>(B) tem aplicação imediata apenas se beneficiar o acusado.</p> <p>(C) é de aplicação imediata, sem prejuízo de validade dos atos já realizados.</p> <p>(D) vigora desde logo e sempre tem efeito retroativo.</p> <p>(E) é aplicável apenas aos fatos ocorridos após a sua vigência.</p>	<p>60. A ação direta de inconstitucionalidade no Direito Constitucional brasileiro NÃO pode ser</p> <p>(A) decidida com efeitos temporais modulados (<i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i>).</p> <p>(B) ajuizada contra lei estadual.</p> <p>(C) ajuizada perante Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) ajuizada contra omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar.</p> <p>(E) decidida pelo Supremo Tribunal Federal na presença de seis ministros.</p>



<p>61. Sobre a federação brasileira, é correto afirmar que</p> <p>(A) os entes federados não podem recusar fé aos documentos públicos.</p> <p>(B) as três categorias de entes que compõem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil são: a União, os Estados e os Municípios.</p> <p>(C) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.</p> <p>(D) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.</p> <p>(E) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, a qualquer tempo, e dependerão de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p>	<p>63. São assegurados pela Constituição brasileira de 1988, EXCETO:</p> <p>(A) o direito de propriedade, que atenderá a sua função social.</p> <p>(B) a livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.</p> <p>(C) a inafiançabilidade, a imprescritibilidade e a insuscetibilidade de graça ou anistia do crime definido como hediondo.</p> <p>(D) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, nos termos da lei.</p> <p>(E) a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.</p>
<p>62. Relativamente aos princípios fundamentais da Constituição brasileira de 1988, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.</p> <p>(B) a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.</p> <p>(C) todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio dos seus representantes nos Poderes Executivo (Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos municipais), Legislativo (parlamentares) e Judiciário (juízes).</p> <p>(D) constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.</p> <p>(E) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, concessão de asilo político.</p>	<p>64. A Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, no que se refere</p> <p>(A) a projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, proíbe a apresentação de emenda parlamentar.</p> <p>(B) à sanção ou veto, estabelece prazo de quinze dias corridos para que o Governador do Estado manifeste veto total ou parcial a projeto de lei.</p> <p>(C) à iniciativa legislativa, confia à iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação ou majoração de tributos.</p> <p>(D) ao processo legislativo, compreende, entre outras espécies, a elaboração de leis delegadas.</p> <p>(E) ao seu processo de reforma, admite seja emendada por proposta popular subscrita por cem mil eleitores com domicílio eleitoral no Estado.</p>
	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>65. A Justiça Eleitoral brasileira</p> <p>(A) tem a sua organização e a sua competência confiadas à lei ordinária.</p> <p>(B) compreende apenas três espécies de órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais.</p> <p>(C) não comporta a redução ou a elevação do número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(D) tem como Corregedor-Geral Eleitoral um Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) faz parte do Poder Judiciário da União.</p> <p>66. O alistamento eleitoral NÃO é</p> <p>(A) obrigatório para os maiores de dezoito anos.</p> <p>(B) facultativo para os naturalizados.</p> <p>(C) facultativo para os analfabetos.</p> <p>(D) facultativo para os maiores de setenta anos.</p> <p>(E) facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p>



<p>67. Sobre o registro de candidatos, segundo o Código Eleitoral, assinale a afirmação INCORRETA.</p> <p>(A) Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.</p> <p>(B) Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.</p> <p>(C) Nenhum registro será admitido antes do período de cento e oitenta dias antes da eleição.</p> <p>(D) Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.</p> <p>(E) Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos.</p>	<p>71. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.</p> <p>II. Violar ou tentar violar o sigilo do voto.</p> <p>III. Deixar o juiz de representar contra o órgão do Ministério Público que não oferecer a denúncia no prazo legal, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.</p> <p>IV. Violar a proibição de utilizar o serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, para beneficiar partido ou organização de caráter político.</p> <p>São crimes eleitorais aqueles constantes das afirmações</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) II e IV, apenas.</p>
<p>68. É correto afirmar sobre recursos eleitorais:</p> <p>(A) para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior cabe, dentro de cinco dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.</p> <p>(B) sempre têm efeito suspensivo.</p> <p>(C) deverão ser interpostos em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho sempre que a lei não fixar prazo especial.</p> <p>(D) possuem prazos preclusivos para interposição, inclusive quando neles se discute matéria constitucional.</p> <p>(E) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior previne a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.</p>	<p>72. É correto afirmar que são inelegíveis</p> <p>(A) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos quatro anos seguintes, contados a partir da data da decisão.</p> <p>(B) o Governador e o Vice-Governador que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos quatro anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.</p> <p>(C) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos quatro anos seguintes.</p> <p>(D) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de quatro anos, após o cumprimento da pena.</p> <p>(E) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de quatro anos.</p>
<p>69. Na literalidade da Constituição brasileira de 1988, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando</p> <p>(A) concederem ou denegarem <i>habeas corpus</i>, mandado de segurança, mas não mandado de injunção.</p> <p>(B) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, mas não de lei.</p> <p>(C) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.</p> <p>(D) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições estaduais ou municipais, mas não federais.</p> <p>(E) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais, mas não federais.</p>	
<p>70. Segundo a legislação brasileira, partido político</p> <p>(A) é de livre criação, fusão, incorporação e extinção, desde que o respectivo programa respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.</p> <p>(B) é pessoa jurídica de direito público, destinada a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição.</p> <p>(C) deve ter caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondentes a, pelo menos, um por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados.</p> <p>(D) pode adotar uniforme para seus membros.</p> <p>(E) deve registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil.</p>	<p>Juizados Especiais Cíveis e Criminais</p> <p>73. As causas cíveis de menor complexidade cuja competência para conciliação, processo e julgamento estão afetas aos Juizados Especiais Cíveis são, entre outras, as ações</p> <p>(A) possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo.</p> <p>(B) cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.</p> <p>(C) de despejo em geral.</p> <p>(D) de natureza alimentar.</p> <p>(E) relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial.</p>



<p>74. Nos processos relativos aos Juizados Especiais Cíveis</p> <p>(A) mesmo em grau recursal, as partes prescindem da presença de advogado para representá-las nos autos.</p> <p>(B) não há preparo recursal.</p> <p>(C) admite-se sentença condenatória por quantia ílquida, desde que genérico o pedido.</p> <p>(D) é cabível a interposição de recurso para o próprio Juizado, bem como agravo, embargos de declaração e embargos infringentes.</p> <p>(E) o recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável à parte.</p>	<p>78. A sentença, nos Juizados Especiais Cíveis,</p> <p>(A) tem como requisitos essenciais o relatório, os fundamentos e a parte dispositiva.</p> <p>(B) é válida, integralmente, ainda que condene a valor que exceda a alçada dos processos correspondentes, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas.</p> <p>(C) pode ser ílquida, se condenatória, desde que genérico o pedido, liquidando-se o montante nos próprios autos.</p> <p>(D) mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.</p> <p>(E) é recorrível perante o próprio Juizado ou perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, a critério da parte sucumbente.</p>
<p>75. Nos Juizados Especiais Cíveis,</p> <p>(A) as testemunhas deverão comparecer sempre independentemente de intimação à audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(B) a contestação, oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, a não ser as arguições de suspeição ou de impedimento do juiz, que se processarão na forma da legislação processual ordinária.</p> <p>(C) desde que requeridas previamente, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, limitadas pelo juiz as provas impertinentes, excessivas ou protelatórias.</p> <p>(D) só se admitirá reconvenção se fundada nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.</p> <p>(E) em razão da celeridade exigida em seu procedimento, não se admite a oitiva de técnicos da confiança do Juízo, permitindo-se apenas a prova oral e documental.</p>	<p>79. Em relação ao Juizado Especial Criminal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.</p> <p>(B) sua competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.</p> <p>(C) o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.</p> <p>(D) não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.</p> <p>(E) os atos processuais serão públicos e realizados sempre em horário diurno, até às 18:00 horas, por se tratar de processos de natureza criminal.</p>
<p>76. Nos Juizados Especiais Criminais,</p> <p>(A) uma vez homologada, a transação não acarretará reincidência, mas formará título passível de execução no juízo cível.</p> <p>(B) a condução da conciliação é privativa do Juiz de Direito.</p> <p>(C) a composição dos danos civis, uma vez homologada judicialmente, formará título a ser executado no próprio juízo criminal.</p> <p>(D) se houver representação ou tratando-se de ação penal pública incondicionada, não pedido o arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou de multa, a ser especificada na proposta.</p> <p>(E) não se admitirá a proposta de transação se o autor da infração houver sido condenado a contravenção ou a pena privativa de liberdade, além de ser negativa a análise de sua conduta social e personalidade.</p>	<p>80. Quanto ao procedimento sumariíssimo dos Juizados Especiais Criminais:</p> <p>(A) aberta a audiência e dada a palavra ao defensor para responder à acusação, o juiz, se receber a denúncia ou queixa, marcará imediatamente audiência, para data próxima, da qual sairão intimados o acusado e a vítima.</p> <p>(B) na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato ou pela não ocorrência de transação penal, o Ministério Público oferecerá de imediato denúncia oral ao juiz, se desnecessárias outras diligências.</p> <p>(C) para oferecimento da denúncia, com base no termo de ocorrência policial, é imprescindível inquérito policial prévio.</p> <p>(D) haverá necessidade do exame de corpo de delito em qualquer hipótese na qual seja preciso provar a materialidade delitiva.</p> <p>(E) as testemunhas serão sempre intimadas por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.</p>
<p>77. Ao dirigir o processo no Juizado Especial, o juiz</p> <p>(A) não poderá adotar como fundamento decisório os princípios gerais de direito, a analogia ou os usos e costumes.</p> <p>(B) adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.</p> <p>(C) está preso a critérios de legalidade estrita.</p> <p>(D) deve aguardar que as provas sejam requeridas pela parte, preso que está ao princípio da iniciativa da parte.</p> <p>(E) prescindirá das regras de experiência comum ou técnica, atendo-se às regras de natureza jurídica.</p>	



Direito Administrativo

81. Todos os criadores de gado bovino de corte de determinado município foram proibidos de promover o abate de seu rebanho por prazo suplementar de três meses, tendo em vista que a Administração Estadual decidiu, por meio de procedimento regular e válido, prolongar o período de segurança necessário para se certificar da efetividade de nova vacina cuja aplicação foi imposta àqueles, em caráter experimental.

A medida foi extremamente prejudicial aos produtores locais, na medida em que já haviam adiado o cronograma de abate por anteriores três meses, nos termos da regulamentação da aplicação da vacina, obrigação imposta pela Administração Estadual.

A proibição imposta pelo poder público configura ato

- (A) lícito, assistindo, no entanto, aos produtores, cuja atividade foi proibida, pleitear indenização somente dos produtores da vacina.
- (B) lícito, podendo ensejar indenização por parte do Estado pelos danos experimentados pelos produtores durante o período em que perdurar a prorrogação da proibição.
- (C) ilícito, atacável por meio de mandado de segurança, tendo em vista que não houve observância do contraditório e da ampla defesa para imposição da proibição.
- (D) lícito, não cabendo qualquer indenização em favor dos produtores, uma vez que se trata de medida que expressa o poder de polícia da administração pública.
- (E) ilícito, na medida em que excede os limites do poder de polícia, que se prestam a restringir a atuação dos particulares, e não a proibir a livre iniciativa e a produção econômica.

82. Para a integral execução de uma obra viária o Estado precisa adquirir parte de um terreno desocupado que pertence a uma empresa pública estadual exploradora de atividade econômica. A empresa não conseguiu as autorizações internas necessárias para alienar onerosamente o imóvel ao Estado, de forma que este resolveu desapropriar a porção da área que lhe interessava. De acordo com a lei de desapropriações e com a Constituição Federal, a medida é

- (A) constitucional, uma vez que, embora os bens das empresas públicas estejam sempre sujeitos ao regime jurídico de direito público, trata-se de terreno desocupado, mas cuja afetação será mantida após a desapropriação.
- (B) inconstitucional, tendo em vista que os bens pertencentes às empresas públicas são integralmente sujeitas ao regime de direito público, sendo, portanto, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.
- (C) ilegal, na medida em que a desapropriação acabaria por ensejar a expropriação de parte do capital social da empresa.
- (D) ilegal, na medida em que a lei de desapropriações proíbe os entes federados de expropriarem bens pertencentes a outros entes públicos.
- (E) legal, tendo em vista que o bem está sujeito a regime jurídico de direito privado porque pertencente a empresa pública exploradora de atividade econômica, cujos bens não são alcançados pela limitação imposta pela lei de desapropriações.

83. O Estado promoveu regular licitação para contratação de empresa para realizar a manutenção de informática das escolas estaduais de ensino fundamental. Ao final do processo, mas antes da homologação da licitação, adveio orientação do Ministério da Educação (MEC) para que o ensino fundamental fosse municipalizado por meio da celebração de convênio com o Estado.

O Estado entendeu oportuna a orientação do MEC e deu início à celebração de convênios para municipalização do ensino.

No que concerne a licitação, entendeu por bem

- (A) suspendê-la, para que os Municípios, após a celebração dos respectivos convênios, pudessem optar entre a obrigação de finalizar o procedimento ou anular a licitação.
- (B) anulá-la, uma vez que a decisão do MEC eivou o procedimento de vício de ilegalidade superveniente.
- (C) revogá-la, uma vez que não se mostrava mais conveniente e oportuna a realização da despesa, porque a obrigação da manutenção seria oportunamente assumida pelos municípios quando da celebração dos convênios.
- (D) mantê-la, homologando o resultado e adjudicando o objeto ao vencedor, uma vez que os municípios, celebrados os respectivos convênios, sucederiam o Estado na contratação.
- (E) anulá-la, na medida em que não se mostrava mais oportuna e conveniente a contratação.

84. Dentre as modalidades de contratos administrativos de parcerias público-privadas – PPP's, é correto afirmar:

- (A) Concessão de serviços públicos em que a Administração Pública pode remunerar pecuniariamente o parceiro adicionalmente à cobrança de tarifa dos usuários caracteriza-se como concessão patrocinada.
- (B) Concessão patrocinada é a modalidade de contratação em que a remuneração é feita exclusivamente por contraprestação do parceiro público, aproximando-se do contrato de empreitada.
- (C) Concessão administrativa envolve necessariamente a contraprestação pecuniária por parte da Administração Pública, independentemente da cobrança de tarifa do usuário direto ou indireto.
- (D) Concessão patrocinada é admitida somente para a concessão de serviços públicos, devendo ser contratada concessão administrativa quando se tratar de concessão de obras públicas.
- (E) Concessão administrativa é admitida apenas para contratação de serviços em que a Administração Pública é usuária direta, não podendo ser precedida de obra, hipótese em que deve ser contratada concessão comum de obra pública.

Direito Tributário

85. Sobre a competência tributária, é correto afirmar que

- (A) pode ser delegada por lei relativamente ao exercício da fiscalização e arrecadação de tributos.
- (B) trata-se de competência administrativa, passível de delegação por lei complementar.
- (C) é competência legislativa comum para todas as espécies de tributos.
- (D) é competência concorrente da União e dos Estados.
- (E) é competência legislativa exclusiva em relação a impostos e empréstimo compulsório.



86. Considere os seguintes itens sobre responsabilidade tributária:

- I. Não há responsabilidade do adquirente de bem imóvel arrematado em hasta pública.
- II. Há responsabilidade do adquirente, a título oneroso ou gratuito, de bem imóvel, independente de prova da quitação dos tributos.
- III. Não é responsável tributário o adquirente de filial, em processo de recuperação judicial, ainda que sócio da sociedade em recuperação judicial.
- IV. Não é responsável tributário o sucessor, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, antes da partilha ou adjudicação.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

87. Restará caracterizada a fraude à execução fiscal o ato de alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, a partir

- (A) da citação válida do executado.
- (B) do lançamento definitivo do crédito tributário.
- (C) da notificação válida do sujeito passivo.
- (D) da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- (E) da propositura da execução fiscal.

88. Sobre as ações de iniciativa do contribuinte, é correto afirmar que

- (A) o prazo para propositura dos embargos à execução fiscal é de quinze dias, a contar da data da intimação da penhora, ao passo que o prazo nomeação de bens a penhora é de três dias.
- (B) o mandado de segurança em matéria tributária só pode ser preventivo, pois se já houver crédito tributário a defesa se fará em sede de embargos à execução.
- (C) ao questionar judicialmente o valor do crédito tributário devidamente constituído, o Poder Judiciário só pode anular o mesmo, não lhe sendo admitida a reforma.
- (D) o prazo para propositura da ação para repetição do indébito tributário é de dez anos, ou seja, de cinco anos para a constituição do crédito por homologação e de mais cinco anos para a ação propriamente dita.
- (E) cabe consignação em pagamento extrajudicial, com depósito da quantia que o contribuinte entende devida em conta a ser aberta em favor do Fisco, em estabelecimento bancário oficial, como forma de extinção do crédito tributário.

Direito Empresarial

89. Estão excluídos do procedimento de recuperação judicial os seguintes credores:

- (A) o proprietário fiduciário; o credor hipotecário cuja hipoteca não tenha sido levada à registro; e o credor proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.
- (B) o proprietário em contrato de venda com reserva de domínio; o cessionário fiduciário de direitos creditórios; e o credor de valores referentes à contrato de adiantamento de câmbio.
- (C) o proprietário fiduciário; o credor pignoratício; e o credor proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.
- (D) o credor garantido por penhor sobre títulos de crédito; o cessionário de direitos creditórios; credor de valores referentes à contrato de adiantamento de câmbio.
- (E) o locador de imóvel da sede da empresa em recuperação; o cessionário de direitos creditórios; credor de valores referentes à contrato de adiantamento de câmbio.

90. Com relação à duplicata, é correto afirmar que

- (A) constitui título executivo, independentemente de qualquer outra formalidade, mesmo quando não aceita pelo sacado.
- (B) a sua exigibilidade em relação ao devedor principal (sacado) depende do prévio registro no cartório de protesto de títulos competente.
- (C) só pode ser emitida, se o crédito por ela representado for oriundo de relação de compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços.
- (D) pode ser sacada para representar créditos relativos a contrato de mútuo.
- (E) a sua exigibilidade em relação ao endossante depende do esgotamento das tentativas de cobrança do crédito em relação ao devedor principal, na via judicial.

91. Sobre a alienação de estabelecimento comercial, é correto afirmar que

- (A) o alienante fica legalmente co-obrigado ao pagamento de todas as dívidas assumidas pelo adquirente nos dois primeiros anos seguintes à celebração do contrato.
- (B) a sua validade está sujeita a prévia e expressa concordância de todos os credores do vendedor.
- (C) o adquirente responde por todas as dívidas do alienante, relativas ao estabelecimento, ainda que não contabilizadas.
- (D) se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento dependerá do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- (E) se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a alienação do estabelecimento é passível de anulação por qualquer credor interessado.



92. Em relação às sociedades limitadas, analise as afirmativas abaixo.

- I. As alterações do contrato social dependem de deliberação dos sócios, tomada em reunião ou assembleia, pelos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 do seu capital social.
- II. Nas sociedades limitadas todos os sócios devem contribuir para a formação da sociedade sendo vedada a contribuição que consista unicamente em prestação de serviço.
- III. Na omissão do contrato social, o sócio poderá ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos demais sócios, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Ambiental

93. O art. 1º da Lei nº 5.197, de 03.01.1967, estabelece que “os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, (...) são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”. Se analisado à luz do conceito de bem ambiental, como decorrente da Constituição de 1988, este dispositivo

- (A) não guarda com este compatibilidade, porque a matéria não é disciplinada pela Constituição.
- (B) guarda com este compatibilidade, porque todos os bens ambientais são de propriedade do Estado.
- (C) guarda com este compatibilidade, porque a Constituição estabelece a proibição da caça da fauna silvestre.
- (D) não guarda com este compatibilidade, porque a fauna silvestre não é um bem ambiental.
- (E) não guarda com este compatibilidade, porque os bens ambientais são de titularidade difusa, e não do Estado.

94. A prescrição para a apuração de infrações administrativas contra o meio ambiente, de caráter permanente ou continuado, é de

- (A) 3 anos, contados da cessação da prescrição para o crime correspondente.
- (B) 5 anos, contados do início da prática do ato.
- (C) 5 anos, contados da cessação da prática do ato.
- (D) 3 anos, contados do início da prática do ato.
- (E) 3 anos, contados da cessação da prática do ato.

95. O tipo de licença ambiental, expedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, destinada, entre outras finalidades, a atestar a sua viabilidade ambiental e a estabelecer as condições para a sua instalação denomina-se

- (A) auditoria ambiental.
- (B) licença prévia.
- (C) relatório ambiental preliminar.
- (D) licença de instalação.
- (E) estudo prévio de impacto ambiental.

96. Os tratados internacionais sobre matéria ambiental

- (A) são fontes de direito ambiental interno e, se aprovados pelo Congresso Nacional, sobrepõem-se às leis.
- (B) são fontes de direito ambiental interno, desde que aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por 3/5 dos membros de cada uma de suas casas.
- (C) desde o momento em que assinados, são fontes de direito ambiental interno e internacional.
- (D) apenas serão fonte de direito internacional ambiental se aprovados e ratificados por todos os Estados que os assinaram.
- (E) são fontes escritas de direito internacional ambiental, ao lado de outras normas oriundas de organizações internacionais.

Direitos Difusos e Coletivos

97. Em relação à defesa do patrimônio cultural, histórico e artístico nacional, é INCORRETO afirmar:

- (A) excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais.
- (B) o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
- (C) incluem-se no patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que tenham sido importadas por empresas do exterior expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.
- (D) os bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional só serão considerados parte integrante de tal patrimônio, depois de executado seu tombamento.
- (E) equiparam-se aos bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional, sendo sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.



Atenção: Para responder às questões de números 98 a 100 assinale a alternativa correta em relação ao assunto indicado.

98. Direitos ou interesses difusos e coletivos.

- (A) São aqueles transindividuais de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas ou determináveis e ligadas por circunstância de fato ou de direito.
- (B) São direitos transindividuais aqueles que dizem respeito ao trânsito ou tráfego jurídico, especialmente nas relações comerciais.
- (C) É regra geral, no Código de Processo Civil, a possibilidade de legitimação extraordinária.
- (D) São direitos em que a titularidade, na maior parte das vezes, é determinada ou determinável e defendidos por legitimação ordinária.
- (E) É espécie de tal direito ou interesse aquele em que seus titulares integram um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou à parte contrária por uma relação jurídica base.

99. Inquérito civil prévio à ação civil pública.

- (A) Promovido o arquivamento dos autos do inquérito civil pelo Ministério Público, dessa decisão não cabe reexame necessário nem recurso, salvo por parte das associações legitimadas para a ação civil pública correspondente.
- (B) O Ministério Público poderá instaurá-lo, sob presidência do juiz certo para a causa.
- (C) O Ministério Público poderá instaurá-lo, sob sua presidência, mas a requisição a órgãos públicos ou particulares de quaisquer certidões, informações, exames ou perícias deverá ser realizada judicialmente.
- (D) Cabe ao Ministério Público promovê-lo para a defesa dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, requisitando diretamente de órgãos públicos e particulares as necessárias informações e documentos.
- (E) Se o Ministério Público convencer-se da inexistência de fundamentos para propor ação civil, deverá promover o arquivamento dos autos do inquérito civil, submetendo a promoção à análise do juiz certo para a causa.

100. Defesa e proteção das pessoas idosas.

- (A) Os direitos e interesses do idoso, difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos são previstos taxativamente no Estatuto do Idoso.
- (B) As ações correspondentes serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.
- (C) As ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos serão propostas privativamente pelo Ministério Público ou por associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam em suas finalidades a defesa dos interesses e direitos do idoso.
- (D) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é cabível a imposição de multa, desde que requerida pelo autor, devida e exigível a partir do descumprimento da ordem judicial.
- (E) É assegurada a prioridade na tramitação dos processos respectivos, a partir dos setenta anos, fazendo-se prova documental da idade nos próprios autos.